

ENTRE A MODERNIDADE E A IDENTIDADE INSTITUCIONAL: O PAPEL DA CIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DAS AGÊNCIAS ESPECIALIZADAS DA POLÍCIA CARIOCA (1903-1912)

André Luís de Almeida Patrasso¹
Mestrando em História das Ciências e da Saúde – COC/FIOCRUZ
andre_patrasso@yahoo.com.br

Resumo: No Brasil, as análises sobre a polícia se detiveram, na maior parte, em seu caráter político-institucional, não enfatizando, todavia, suas agências internas e especializadas, como é o caso do Gabinete de Identificação e de Estatística (1903) e da Escola de Polícia do Rio de Janeiro (1912). Desse modo, a partir dos estudos mais aprofundados sobre a Escola de Polícia, toma-se por objetivo a caracterização das relações da polícia com o Estado, com a sociedade carioca do início do século XX e com os discursos científicos da época, procurando-se identificar de que maneiras as agências internas da polícia e seu processo de profissionalização contribuíram para a construção de uma possível identidade institucional.

Palavras-chave: instituição policial; Escola de Polícia; identidade.

1 As reformas policiais e a sociedade carioca no início do século XX

A passagem do século XIX para o século XX é identificada pelas profundas transformações no espaço e no cotidiano dos mais importantes centros urbanos do mundo. A busca pela modernidade trouxe para o interior das grandes cidades um novo conjunto de procedimentos técnicos e comportamentais, cuja viabilidade se deu através da estreita relação entre as elites político-econômicas e os saberes desenvolvidos pela revolução técnico-científica então em curso (SEVCENKO, 1998). No Rio de Janeiro isto não foi diferente, já que a cidade promoveu significativas mudanças em seu espaço físico e nos modos de pensar e agir de sua população, refletindo as aspirações políticas, econômicas, sociais e culturais, configurando-se um novo cenário desejado.

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ. Bolsista CAPES, sob orientação do Prof. Dr. Flavio Coelho Edler.

O processo de modernização do Rio de Janeiro está associado às ações promovidas pelo Estado ao longo das primeiras décadas do século XX. Neste período, as autoridades municipais foram encarregadas de transformar o espaço urbano carioca tendo por finalidade o embelezamento, a higienização e o aformoseamento da cidade, trazendo como referência os moldes da urbanização francesa. De acordo com Gizlene Neder, a chegada da modernidade ao Rio de Janeiro

“constitui um dos aspectos do processo histórico de passagem ao capitalismo que envolve, na virada do século XIX para o século XX, o aprofundamento do aburguesamento, com a implantação do regime republicano. Neste contexto, deve-se considerar a passagem do regime de trabalho escravo para o trabalho livre e seus desdobramentos no tocante às formas históricas de controle social (...) que se vão imprimindo na cidade.” (NEDER, 1997, p. 111)

O fim da escravidão e a proclamação da república configuraram ao Rio de Janeiro um período de profundas alterações no que diz respeito à sua demografia. A cidade passou por um momento de adensamento de sua população, cuja incidência recaiu, principalmente, sobre ex-escravos e imigrantes estrangeiros (CARVALHO, 2008, p. 16). Tais alterações de natureza quantitativa deram origem a um processo de reordenação das relações político-sociais, tendo como locus o trabalho livre. O aumento populacional do Rio de Janeiro, entretanto, teve também como consequência o crescimento do número de pessoas com ocupações mal remuneradas ou até mesmo sem qualquer ocupação fixa (CAVALCANTE, 1985, p. 61).

Uma significativa parcela desta população extremamente aumentada pode ser comparada aos segmentos considerados perigosos ou nocivos à sociedade. Indivíduos, geralmente pobres, que ocupavam posições mal definidas pela sociedade moderna que se almejava, eram constantemente apontados como perturbadores da ordem e da tranquilidade públicas, sendo, comumente, encaminhados à Casa de Detenção após algum flagrante. Sendo assim, é possível evidenciar que o aumento do nível de complexidade da sociedade carioca – devido às suas alterações numéricas, composição étnica e estrutura ocupacional – pode ser relacionado à possibilidade de existência de distúrbios que excedessem a sociabilidade padrão desejada pelo Estado. Verifica-se, deste modo, uma preocupação acentuada com a necessidade de controle e disciplinamento das chamadas *classes perigosas* (CARVALHO, 2008, pp. 16-18).

A prática do controle social era basicamente exercida pela polícia. A necessidade de conhecer e mapear a sociedade mostrava-se cada vez mais importante e, nesse sentido, a tarefa de vigilância permanente revelou-se indispensável (CAVALCANTE, 1985, p. 64). Segundo Nicolau Sevcenko, a criminalidade no Rio de Janeiro teria aumentado expressivamente nos primeiros anos do século XX e o anseio para se estabelecer uma determinada ordem na cidade fez com que certas ações identificadas como não civilizadas fossem enquadradas como atos delituosos, enfatizando-se, assim, a questão da potencialidade sediciosa que a sociedade que até então se formava, possuía (SEVCENKO, 1983, p. 6). É preciso, pois, buscar compreender as mudanças operadas na atuação do Estado como agente de controle social, mais especificamente no que se refere às instituições policiais.

A expectativa do Estado, neste momento, apoiava-se na ideia de que o desenvolvimento de uma sociedade mais complexa e diversificada preconizava a existência de uma polícia mais preparada a fim de garantir a ordem e a segurança pública dentro dos limites do espaço urbano da cidade (CARPI; CAMPOS, 1996, p. 29).

“As exigências impostas pelo conhecer a sociedade não esbarram apenas no fato de englobarem um número maior de indivíduos. Embora este aspecto aprofunde o problema da necessidade do crescimento da força pública, implica também na necessidade de se organizar uma polícia moderna”. (CAVALCANTE, 1985, p. 63)

Reconheceu-se, portanto, a necessidade de uma polícia científica, ou seja, uma instituição que possuísse estratégias sistematizadas de atuação e que contasse com a disponibilidade de recursos técnicos avançados para o exercício da investigação policial (NEDER, 1997, p. 114).

O intuito de controlar os indivíduos portadores do estigma da potencialidade criminosa e perturbadora está relacionado ao surgimento, ainda no século XIX, de novos saberes que detinham a finalidade de identificar esses indivíduos e enquadrá-los na sociedade sob a garantia da autoridade científica. Neste caso, seria importante destacar o desenvolvimento da medicina social, que atribuiu ao médico o papel de responsável pela saúde pública no espaço social e cuja influência permitiu que novas instituições fossem criadas com o objetivo de garantir a ordem pública, a higienização da cidade e a governabilidade plena do Estado (THIESEN, 2006, pp. 6-7).

Foi a partir desta conjuntura que tiveram início as chamadas *reformas policiais* do século XX. Era necessário promover a adequação dos órgãos policiais frente a uma sociedade que impunha novas exigências. Utilizando conceitos da medicina e, principalmente, da antropologia criminal de Cesare Lombroso, a polícia do Rio de Janeiro modificou seus regulamentos com o objetivo de construir um sistema científico que fornecesse as bases indispensáveis para a formulação de um modelo preventivo de controle criminal. As reformas policiais determinaram importantes mudanças na estrutura da polícia civil do Distrito Federal: o efetivo nas ruas e o número de delegacias foram ampliados, órgãos especializados, como por exemplo, o Gabinete de Identificação e de Estatística (1903), foram criados e, a partir da elaboração de uma proposta de profissionalização da carreira policial, formou-se em 1912 a Escola de Polícia do Rio de Janeiro.

A presente pesquisa, na qual este trabalho está inserido, tem por objetivo analisar a criação e o funcionamento da Escola de Polícia do Rio de Janeiro durante o seu curto período de atividade – 1912 a 1918 –, no sentido de caracterizá-la no contexto das reformas policiais do início do século XX. Da mesma forma, será tratado como os discursos médicos, principalmente os de natureza higienista, estiveram presentes no processo de formação de novos policiais, visto que, de acordo com Lúcia Carpi e Jéssica Campos, por trás de todas as mudanças empreendidas pelo Estado neste período, estava a ideia de que a polícia se apresentaria como responsável pela higiene pública ou social, precisando pensar a sua ação através da difusão e da prática de um saber técnico-científico eficiente (CARPI; CAMPOS, 1996, p. 30).

As agências especializadas da polícia carioca na historiografia

A relação entre a instituição policial e o conhecimento científico já foi objeto de alguns trabalhos específicos que abordaram a sua importância no momento de transição à modernidade. Porém, poucas foram as análises que se debruçaram sobre o processo de especialização das agências policiais e, também, sobre os consequentes órgãos criados em meio a um período de reformas, como por exemplo, a Escola de Polícia do Rio de Janeiro.

De acordo com a bibliografia disponível sobre o assunto, o processo de diversificação das ações policiais no Rio de Janeiro está inserido em uma conjuntura

muito específica associada a fatores internos, isto é, inerentes à situação político-social brasileira, mas também externos, devido ao grande fluxo de ideias viabilizado pela ciência. Em relação aos fatores internos, tal como já foi tratado, a chegada do regime republicano e a complexidade da sociedade carioca fizeram com que o Estado buscasse modificar as bases das relações de controle social através da modernização da instituição policial. Alguns autores destacam, neste período, a influência exercida pelo positivismo, corrente de pensamento que redimensionava o papel do Estado, definindo-o como agente do progresso a partir do desenvolvimento técnico-científico de suas instituições (CARPI; CAMPOS, 1996, p. 30). Quanto aos fatores externos, é de fundamental importância verificar a penetração incisiva da medicina nos campos jurídico e policial, fazendo com que os olhares mais técnicos não se voltassem mais tanto às contravenções ou crimes cometidos, mas sim aos próprios indivíduos. Há neste momento a formação de um saber médico a respeito do delinquente – sua personalidade, suas propensões à atividade criminosa –, sendo necessário identificá-lo, estudá-lo e, se possível, corrigi-lo (CARRARA, 1990, p. 84).

Os dois eixos anteriormente apresentados pela historiografia se identificam com a prática da *profilaxia social*², ou seja, a utilização do conhecimento científico com ênfase em uma perspectiva antecipatória e preventiva, evitando que determinados indivíduos se manifestassem de modo não condizente com a sociedade civilizada e moderna que se buscava alcançar. Dessa forma, o Estado e suas instituições laterais deveriam estar empenhados na prática da

“higiene social, tendo por objetivo evitar a perpetuação dos fenômenos delituosos, surpreender o indivíduo no momento em que procura executar o seu desígnio criminoso, conjurar, finalmente, todos os perigos para a ordem e tranquilidade públicas.” (CARVALHO, 1985, p. 75)

Competia à polícia prevenir a ocorrência de delitos na cidade, sendo, portanto, imperativo a ela conhecer bem a sua população – até mesmo em relação aos aspectos que dizem respeito às suas intenções (CAVALCANTE, 1985, p. 66). Este acabou sendo o ideal prevaletido pelo Estado e pela polícia, ambos profundamente alicerçados nos saberes da medicina social, o que acabou

2 LACERDA, 1897, p. 496 apud CARVALHO, 1985, p. 75.

culminando com o desenvolvimento de mecanismos que permitissem a identificação de indivíduos considerados potenciais perturbadores da ordem.

Tendo em vista a incorporação de procedimentos que pudessem representar o adiantamento do progresso científico no exercício da prática policial, foi criado, em 1903, o Gabinete de Identificação e de Estatística do Rio de Janeiro. O Gabinete possuía a função de identificar todos os indivíduos detidos como infratores do código penal, com o objetivo de reunir a maior quantidade de informações que os distinguissem, de modo a tornar mais viável o reconhecimento do *mau cidadão*. O trabalho de identificação pessoal consistiria na análise e no registro de “traços característicos, peculiaridades, marcas e sinais particulares, cicatrizes, anomalias congênitas, acidentais ou adquiridas, manchas invisíveis e reveladas” (CAVALCANTE, 1985, p. 66).

É neste contexto que está inserida a criação, em 1912, da Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Além do objetivo de formar novos policiais tendo como referência o conhecimento científico adaptado às novas concepções de ordem e segurança pública, o ambiente policial carioca imbuído do conhecimento médico fez com que a instituição, por intermédio de sua escola, se tornasse uma das principais instâncias de reflexão acerca da criminalidade brasileira, a partir do estudo aprofundado de casos específicos e de intercâmbios com especialistas de outros países. Dessa maneira, o pensamento policial da então capital do país se sofisticou e novas práticas de controle social foram introduzidas tendo como referência as recentes teorias da ciência criminal em intercâmbio pelas polícias da Europa e da América (NEDER, 1997, p. 112).

A historiografia existente sobre a polícia do Rio de Janeiro procura demonstrar a sua importante participação no contexto de novas políticas de controle social na cidade durante as primeiras décadas do século XX. No presente trabalho, será analisada a inserção da Escola de Polícia no quadro funcional da instituição, procurando caracterizar de que forma o saber médico esteve presente na formulação de teorias sobre a criminalidade carioca, ampliando, assim, o foco de estudos a respeito do processo de diversificação das agências policiais no recorte temporal proposto pela pesquisa.

3 Considerações finais

A instituição policial tem sido alvo de diversas pesquisas acadêmicas nas mais variadas áreas do conhecimento e, mais recentemente, a história tem se colocado como grande campo produtor de reflexões e trabalhos sobre o assunto. No caso do Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro, as análises sobre a polícia se detiveram, na maior parte, em seu caráter político-institucional, deixando à margem a caracterização de suas agências internas e especializadas, como é o caso da Escola de Polícia, fundada em 1912.

A pesquisa tem como foco a ampliação das reflexões sobre a instituição policial e suas agências especializadas através de uma metodologia de trabalho baseada na análise de conteúdo. Em um primeiro contato com o tema, a análise terá maior ênfase no quadro teórico e na literatura já produzida e que, porventura, tenha alguma ligação com a problemática da polícia e sua relação com o conhecimento médico-científico. Da mesma forma, serão realizadas consultas a documentos primários, disponíveis para pesquisa em instituições de memória da cidade, como por exemplo, o Arquivo Nacional (AN), o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) e, principalmente, o Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (MPCERJ).

Em relação às fontes primárias, destaca-se o periódico *Boletim Policial*. A publicação, de caráter variado, tinha por objetivo colocar os funcionários da polícia do Rio de Janeiro em contato com a própria instituição. Neles, é possível encontrar discussões a respeito de casos ou ocorrências policiais – investigações, estatísticas –, relatórios e artigos científicos de especialistas brasileiros e estrangeiros, bem como uma série de outras informações sobre suas agências, como por exemplo, o Gabinete de Identificação e a Escola de Polícia. O Museu da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro possui, entre outras, uma coleção do *Boletim Policial* com exemplares publicados durante as duas primeiras décadas do século XX que podem auxiliar no cruzamento e no diálogo com outras fontes, sejam elas primárias ou bibliográficas.

Sendo assim, acredita-se que, a partir de um olhar mais atento às fontes produzidas no interior da instituição policial, seja possível traçar algumas linhas de raciocínio com vistas a uma polícia em processo de construção de sua identidade,

através dos instrumentos médicos-científicos, da profissionalização de seus agentes e da atuação de suas repartições internas.

Referências

BRETAS, Marcos. **A guerra das ruas: povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997.

CARPI, Lúcia; CAMPOS, Jéssica Moura. *Polícia, ciência e "higiene social"*. **DOPS: a lógica da desconfiança - APERJ**, Rio de Janeiro, pp. 28-31, 1996.

CARRARA, Sérgio. *A ciência e doutrina da identificação no Brasil: ou do controle do eu no templo da técnica*. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, pp. 82-105, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Contra o "Espantalho da Repressão": A polícia e a construção da ordem burguesa no Brasil*. **Revista OAB-RJ**, Rio de Janeiro, v. 22, pp. 73-82, 1985.

CAVALCANTE, Berenice. *A polícia e a nação: a necessidade de segurança interna e tranquilidade pública*. **Revista OAB-RJ**, Rio de Janeiro, v. 22, pp. 61-72, 1985.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque: a medicalização do crime**. São Paulo, Paz e Terra, 1991.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro, Nau, 1996.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, LTC, 1988.

NEDER, Gizlene. *Cidade, identidade e exclusão social*. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, pp. 106-134, 1997.

SEVCENKO, Nicolau. *A inserção compulsória do Brasil na Belle Époque*. In: SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão, tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O Espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo, Cia. das Letras, 2008.

THIESEN, Icléia. *A informação no oitocentos, Rio de Janeiro, Império do Brasil: notas à memória institucional*. Morpheus, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, pp. 1-14, 2006.